

A large offshore oil rig is silhouetted against a sunset sky. The rig's complex structure, including cranes and platforms, is visible. The sun is low on the horizon, creating a warm glow and reflecting on the dark blue water. The overall scene conveys a sense of industrial activity in a natural setting.

Atualizações do setor de óleo e gás

Publicação ajuda investidores a entender as recentes mudanças
fiscais em meio a um atribulado cenário econômico e político

Tributos

Baixo preço do barril afeta a produção, que demanda operações de alto custo, mas quadro deve mudar e os investimentos tendem a voltar

A instabilidade econômica e os relevantes cortes nas previsões de investimentos da Petrobras, que culminaram com uma ampla revisão nos contratos com as principais empresas de construção e fornecedores de equipamentos no Brasil, é um grande desafio que o setor de Óleo e Gás deve superar. Outro é o baixo preço do barril de petróleo, que traz dúvidas quanto à viabilidade do pré-sal, já que a produção depende, em grande parte, de operações de alto custo em águas profundas.

Embora as perspectivas de investimento em curto prazo estejam reduzidas em função deste cenário, especialistas acreditam na recuperação do mercado, mesmo que lentamente, em razão da capacidade instalada de setores-chave e ao próprio potencial de recursos naturais do País. “É importante lembrar a quantidade de reservatórios de pré-sal que o Brasil possui, e que são certificados por organismos internacionais. Além disso, toda a cadeia de fornecimento já está instalada no País, temos uma estabilidade jurídica para os contratos de concessão, e os riscos de nacionalização, atos terroristas ou guerras que possam afastar investidores são muito baixos”, afirma Anderson Dutra, líder de Oil&Gas da KPMG no Brasil.



Guia é atualizado constantemente com as exigências fiscais que impactam a cadeia de Óleo e Gás

Dutra acredita que duas decisões tomadas recentemente pelo governo podem favorecer a retomada de investimentos. Uma delas é o projeto do senador José Serra, que deve entrar em votação ainda neste semestre, para acabar com o monopólio da Petrobras como operadora única do pré-sal. Essa mudança traria oportunidades para as companhias que já participam de operações com a Petrobras de se desenvolverem mais nesses reservatórios, atraindo novos parceiros e aumentando os investimentos. A segunda medida é a flexibilização da regra de conteúdo local na cadeia de petróleo e gás.

Com o baixo preço do barril, o governo assinou em janeiro decreto para mudar a política de conteúdo local e ajudar as petroleiras a atingir metas de aquisição de bens e serviços no mercado interno. “Estas duas medidas podem trazer grande desenvolvimento para a indústria no Brasil e aumentar a confiança dos investidores”, pontua.

Medidas práticas

Em paralelo aos aspectos econômicos e políticos que movimentam o setor, o líder da KPMG ressalta o forte processo de melhorias de governança corporativa nas estruturas das empresas, trazendo um clima mais favorável para quem investe no País. “Estamos sofrendo agora, mas existe uma luz no fim do túnel, e essa é a forma como temos encarado o setor”, diz. Essa melhoria passa também pelo empenho das empresas no cumprimento dos aspectos fiscais do País, que são complexos e constantemente alterados. O ano passado, por exemplo, foi

Tributos

marcado pelo fim do Regime Transitório de Tributação (RTT), que garantia a neutralidade tributária durante o período de adaptação das empresas ao padrão contábil internacional.

Com novas regras na legislação, que trazem uma série de ajustes na apuração de impostos, a KPMG lança a terceira versão do Guia de Tributação de Oil&Gas no Brasil. A publicação contém a descrição dos principais tributos que incidem na cadeia do setor com as últimas atualizações fiscais no País. Uma delas trata da mudança da tributação dos lucros auferidos no exterior. “Uma particularidade importante para o setor é que empresas com lucro no exterior decorrente de atividades de afretamento por tempo ou casco nu, arrendamento mercantil operacional, aluguel, empréstimo de bens ou prestação de serviços diretamente relacionados à prospecção e à exploração de petróleo e gás, em território brasileiro, não tributam esse lucro aqui no Brasil”, afirma Julio Cepeda, sócio de Tax da KPMG no Brasil.

Outra mudança registrada no Guia é uma medida adicional na tributação dos ganhos de capital. “A princípio, essa medida atinge apenas as pessoas físicas brasileiras, mas, por uma questão técnica, os não residentes que atualmente fazem determinado investimento no Brasil podem também sofrer algum impacto desse tributo”, explica Cepeda.

Mais um desafio da indústria tratado pela publicação é o eSocial (Sped), que consiste basicamente na substituição da escrituração em papel pela escrituração contábil digital. O guia é destinado a estrangeiros que pretendem investir em toda a cadeia do setor, por isso a publicação também informa o funcionamento da

legislação. Cita, ainda, a importância das regras de conteúdo local para as empresas que participam das rodadas de licitações, bem como as disposições gerais de transações no País.

De acordo com Cepeda, além dos aspectos tratados no guia, é importante que os players do mercado atentem para as mudanças que podem atingir o setor em um futuro próximo, tendo em vista o habitual e constante cenário de mudança ao qual se sujeita o sistema tributário brasileiro.

O sócio de TAX da KPMG também alerta sobre os possíveis impactos do Ato Declaratório assinado pelo Governo, que confere o status à Holanda de regime fiscal privilegiado, tendo em vista que muitos players da indústria possuem empresas localizadas nesse país. “A Holanda sempre foi um país bastante atrativo, devido a seus acordos históricos com outros países, tanto do ponto de vista legal quanto tributário, e à sua infraestrutura instalada, que vai desde sua localização dentro da Europa Central, passando por sua logística impecável de transporte, até à fácil adaptação, já que grande parte de sua população fala com excelência o idioma inglês. Sem contar o sistema de ensino, que atrai muitos expatriados com suas famílias. Essa mudança de status poderá prejudicar algumas estruturas que vêm garantindo um retorno interessante sobre investimentos feitos no setor”, acrescenta Dutra, que trabalhou por dois anos no escritório da KPMG na Holanda.

Para melhor visualização das novas medidas e possíveis mudanças que devem surgir, bem como do status de urgência de implementação de cada uma delas, confira o infográfico a seguir. **BM**

Status de implementação



Regulamentação

* A Lei 13.259 já foi publicada, porém ainda há discussão sobre sua vigência.

Entrevista

Desafios de investimento no Brasil

Quais são os principais desafios de se investir no Brasil?

O Brasil, como qualquer outro país emergente, é sensível à volatilidade em nível mundial, e as decisões de investimento passam pela análise dos retornos adequados para essa volatilidade. Além disso, as decisões de investimento levam em consideração o retorno a longo prazo, e a incerteza sobre o ambiente econômico também se torna um desafio. Isso porque o ambiente econômico, entre outros aspectos, é estabelecido pelo sistema fiscal no Brasil, que muda constantemente, reduzindo a certeza do investidor sobre seus retornos. A incerteza com relação ao sistema regulatório trabalhista também reduz o apetite de investimentos ou de expectativa de retornos mais elevados, diminuindo o nível de investimento agregado.

Quais são as principais diferenças do Brasil em relação a outros países?

A principal diferença que encontrei está associada ao alto nível de regulamentação sobre vários aspectos da economia. Começa com o elevado nível de regulação sobre o comércio externo de importação e a prestação de pagamentos, além de um sistema tributário muito complexo e dinâmico nos níveis municipal, estadual e federal. A regulamentação das leis trabalhistas também dificulta a flexibilidade no caso de adaptação a mudanças externas.



Victor Escalante
Diretor financeiro da Fugro Brasil

Que aspectos necessitam de mais melhorias no País com relação às questões fiscais?

Os impostos, naturalmente, são sempre questionados e desafiados pelas diferentes partes interessadas, mas precisamos

entender que eles devem possibilitar que o Estado funcione adequadamente. Um sistema fiscal eficiente deve permitir que os contribuintes cumpram o requisito a um custo mínimo, caso contrário os impostos serão mais caros no topo das taxas de impostos explícitos. Enquanto os impostos diretos (imposto de renda) parecem simples em termos de conformidade, os impostos indiretos (impostos sobre vendas: ISS, PIS, COFINS, ICMS, etc.) e impostos de controle (retenção de impostos entre os contribuintes) são mais complexos e exigem um maior nível de controle. Assim, os impostos indiretos e os de controle representam uma oportunidade para melhorar o sistema fiscal.

Além da complexidade do sistema fiscal, as contínuas mudanças representam um desafio para o cumprimento de novos regulamentos, que se traduzem em custos mais elevados. Infelizmente, as mudanças no sistema fiscal não são sempre baseadas em fundamentos jurídicos sólidos, resultando em um alto número de litígios entre a administração tributária e os contribuintes, aumentando a incerteza para os contribuintes e reduzindo a quantidade de recolhimento de impostos esperados pelo Estado.

A redução de alterações no sistema fiscal seria uma oportunidade para aumentar a eficiência ao se reduzir o custo de mudança e ao permitir, dessa forma, que o contribuinte cumpra os requisitos.

“Os impostos indiretos (impostos sobre vendas: ISS, PIS, COFINS, ICMS, etc.) e impostos de controle (retenção de impostos entre os contribuintes) são mais complexos e exigem um maior nível de controle”